

36° Encontro Anual da ANPOCS

GT06 - Desigualdade e estratificação social

**Novas considerações sobre o trabalho doméstico no Brasil - Uma análise
quantitativa**

Juliana Anacleto dos Santos – UFMG

Bolsista PNPd - CAPES

1. INTRODUÇÃO

A teoria da modernização alardeou que a substituição da principal responsável pelo trabalho doméstico seria feita através do desenvolvimento tecnológico. É a ideia de que novas máquinas e bens de consumo como, micro-ondas, lavadoras de roupa e louça, e outras maravilhas do mundo eletrodoméstico passariam de coadjuvantes ao título de ator principal na manutenção da ordem e do cuidado doméstico diário, como destacam COLLVER & LANGLOI (1962) e CHAPLIN (1978). E de que ainda, a abertura de novos postos de trabalho, inaugurados com o desenvolvimento econômico, atrairiam parcela das mulheres que se ocupavam com o trabalho doméstico pago.

De fato, na inauguração do novo lugar aberto a algumas mulheres, foi possível avistar uma diminuição da participação de ocupadas no serviço doméstico pago, interpretado como efeito do desenvolvimento tecnológico que de um lado oferecia novas possibilidades de emprego feminino na indústria e por outro tornava possível a diminuição do tempo gasto na execução dos serviços domésticos através de novos instrumentos. MILKMANN, REESE & ROTH (1998) apresentam um declínio do número de mulheres empregadas em serviços domésticos particulares no Estados Unidos decaindo de 1.976.078 em 1940 para 494.920 em 1990.

HIGMAN (1993) em seu estudo comparativo entre Jamaica e Estados Unidos; e Reino Unido e América Latina; defende que nas economias em desenvolvimento é elevado o número de ocupadas nas atividades domésticas, o que não é visível nas sociedades desenvolvidas, concluindo que o desenvolvimento tecnológico contribui para a diminuição do emprego doméstico.

Associadas às leituras parsonianas, que defendem a vinculação do desenvolvimento econômico como caminho racional para a igualdade econômica e social, COSER (1973) defende em seu trabalho *Servents: the obsolescence of an occupation role* o fim da atividade doméstica:

“The servant role, it is argued, is obsolete in modern society. Even when formally based on contract, it is in essence rooted in ascribed status, particularistic standards, and diffuse obligations. The master’s family ‘greedity’ attempts to absorb the total personality of the servant, and ties him to the household in a totalistic manner. Such premodern relationship between superior and inferior can exist only as long as religious legitimations for it are accepted by the servant, and no alternative employment opportunities are available. When this is no longer the case, the role becomes obsolescent and only persons suffering from marked inferiorities and peculiar stigmas can be induced to enter it”. (COSER, 1973, p.31)

Porém, é possível analisar alguns fatores importantes que constroem a discordância da hipótese modernizadora.

A precarização e a pobreza impostas à grande parcela da população feminina e o constante aumento da escolaridade das mulheres, elevando sua participação nas ocupações intelectuais de nível superior, constituem uma nova paisagem nas relações entre as mulheres, desencadeando uma visível fotografia de polarização. De um lado, a ampliação de mulheres, em sua maioria branca, altamente escolarizadas, domiciliadas nas grandes metrópoles mundiais, com alta renda e ativos organizacionais, e de outro, mulheres migrantes, com baixa escolaridade, negras e latinas domiciliadas na periferia mundial, reféns da precariedade e da desregulamentação trabalhista, compõem um quadro novo na história do capitalismo, definido pelo confronto de interesses diretos, não mais mediados pela figura masculina do pai e esposo, entre esses dois grupos. Não obstante, para as autoras HIRATA & KERGOAT (2008) essa relação polarizada se dá de forma associativa, ou seja, à medida que crescem as oportunidades para as mulheres altamente escolarizadas nas ocupações de nível superior, cresce também o número de mulheres lançadas à sorte das correntes migratórias e das ocupações precárias e desreguladas.

Com efeito, é possível construir um novo panorama referente à configuração do trabalho doméstico conforme defende HONDAGNEU-SOTELO (2007). Com uma maior participação feminina nas ocupações de alta especialização por parte de uma elite feminina, este grupo necessita externalizar o trabalho doméstico, recorrendo às trabalhadoras femininas não especializadas e pouco escolarizadas. Embora seja visível a

plasticidade da constituição do emprego doméstico pago e sua relação com as conjunturas econômicas mundiais, esta polarização feminina na estrutura de ocupações me leva a expor mais um elemento relevante na constituição do serviço doméstico, a migração. Pois, além de errarem ao decretarem a morte do emprego doméstico pago nas sociedades modernas, os teóricos da modernização não reconheceram o relevante papel da migração de mulheres na era da globalização.

É visível o aumento do número de mulheres procurando o serviço doméstico pago quando não há oferta de outras atividades nos períodos de recessão econômica, com objetivo de compor a renda familiar afetada pelo desemprego, ou pela diminuição dos salários dos maridos. Essa contraposição pode servir para compreendermos as mudanças na organização da atividade. CASTRO (1993) aponta que a antiga empregada doméstica que reside no domicílio dos patrões, a chamada pela literatura hispânica como *empregada cama a dentro*, vem perdendo espaço para as diaristas, casuais ou *empregadas puertan a fora*, fruto desta transformação na organização da ocupação, afetada, portanto, pela correspondência entre o comportamento do serviço doméstico e os ciclos conjunturais da economia.

Assim, mesmo com o avançar da modernização, com a possibilidade de acesso a instrumentos domésticos que facilitam a execução das tarefas do domicílio, o trabalho doméstico está onde sempre esteve e deve ser executado por alguém. Destarte, o crescimento do trabalho doméstico e sua interferência nos fluxos migratórios mundiais obedecem a uma simples constatação: mães e pais ocupam grande parte de seu tempo em seus empregos, os avós moram longe ou também trabalham e há escassez de creches, ou centros de cuidados infantis.

Neste sentido, somente categorias econômicas como produtividade, jornada de trabalho e preço de compra e venda da força de trabalho, não contemplam suficientemente o estudo do serviço doméstico pago, pois é requerido para o entendimento um elemento específico da atividade paga que é seu análogo, qual seja, a atividade doméstica não paga. Partir desta assertiva é direcionar nosso olhar às características estruturais do mercado de trabalho, à constituição da divisão sexual do trabalho, às relações de gênero, classe e raça, bem como a análise das correntes migratórias, visando desvendar elementos atuais e

características encobertas nos estudos sobre o trabalho doméstico pago no Brasil, respondendo à questão de pesquisa: Quais são os elementos que contribuem para a manutenção do emprego doméstico no Brasil?

Com efeito, o objetivo geral deste trabalho é fornecer novos dados e questões em busca de um maior entendimento teórico e metodológico sobre o emprego doméstico brasileiro na contemporaneidade. Para tal empreitada, este estudo se propõe a levantar as mudanças ocorridas na composição do emprego doméstico no Brasil entre os anos de 2001 a 2008, bem como analisar como fatores como gênero, raça, escolaridade, migração e constituição familiar afetam a constituição do emprego doméstico no Brasil.

2. DO TRABALHO DOMÉSTICO AO EMPREGO DOMÉSTICO

Até a efetiva entrada das mulheres no mercado de trabalho e a chamada “emancipação feminina”, inaugurada na década de 1970 com os movimentos feministas na Europa e Estados Unidos (ilustrada através da queima de soutiens e a invenção da pílula anticoncepcional), a história condicionava as mulheres às protagonistas do trabalho reprodutivo e, como consequência, os homens aos protagonistas do trabalho produtivo. A todas as mulheres, de todas as raças e classes, o casamento se constituía como via de mão única para o acesso a vida esperada, natural, moralizada, e que ainda, para muitas, se apresentava como a única possibilidade de mobilidade ou ascensão social.

Sendo a instituição casamento e a constituição de uma família a única alternativa dada às mulheres até então, é possível visualizar um também único caminho pelo qual nossas atrizes poderiam percorrer rumo à objetivação de sua meta. Tornar-se uma excelente dona de casa. E isso valeu para todas as mulheres, com diferenças pontuais é verdade, mas de maneira geral, a habilidade do cuidado com o lar e a prole foi naturalizada para todas elas. Vejamos de forma particularizada essas trajetórias.

Durante séculos, as mulheres das classes mais privilegiadas foram educadas para serem

esposas e donas de casa exemplares. Para tal feito, não eram medidos esforços. Um bom “pretendente” a marido e, fundamentalmente, a família do referido rapaz, procurava mulheres “prendadas”, ou seja, mulheres capazes de executar todos os trabalhos domésticos e, talvez até com mais relevância, mulheres capazes de organizar e gerenciar todas as atividades domésticas. Características necessárias a elas podem ser destacadas, como, por exemplo, capacidade de organização, saber cozinhar, costurar, bordar, cerzir, limpar, organizar jantares e almoços de negócios para os maridos, tocar algum instrumento musical para entreter convidados, gozar de boa saúde para os inúmeros filhos que se habilitavam a ter, ser casta, obediente, subserviente, calma, cuidadosa, e outros inúmeros adjetivos que poderiam ser citados aqui. Escolas para moças eram muito prestigiadas, nas quais a educação permitida era a voltada às atividades do lar, sendo vetados ensinamentos políticos e econômicos, bem como técnicas para trabalhos que não fossem relacionados às atividades domésticas.

Já as mulheres com poucos recursos, impossibilitadas de aprenderem o “supra-sumo” do trabalho doméstico nas escolas para moças, aprendiam na prática, e desde muito novas. Sejam como escravas no continente americano, ou servas e empregadas na Europa. Aqui vale destaque para uma importante distinção. TILLY & SCOTT *apud* KUZNESOF (1993) apresentam o serviço doméstico na Inglaterra e na França pré-industrial como sendo uma ocupação altamente respeitável. Para a maioria das jovens, trabalhar como servente se constituiu como caminho para a aprendizagem em um período anterior ao desenvolvimento dos sistemas de educação formal. Assim, trabalhar como servente se apresentava para todas, com exceção da elite, como uma importante oportunidade de trabalho em um ambiente protegido e paternalista. Já nos países americanos colonizados, a subalternidade e precariedade foram características de destaque na relação entre escravas, servas, empregadas e famílias.

KUZNESOF (1993) em seu trabalho *Historia del servicio domestico em la America hispana (1492-1980)* nos confirma que muitas das empregadas domésticas no período colonial, quando não escravas, eram familiares órfãs, descendentes ilegítimas do chefe do lar ou migrantes conduzidas a uma relação personalizada, paternalista e reforçada por laços de parentesco ritual. Com efeito, a associação do serviço doméstico com o nível mais baixo do sistema de classes e cor que dominou as sociedades americanas causou

uma alienação gradual entre patrões e servas, bem distinta da relação conduzida nos países europeus.

A autora nos informa que, entre 1560 e 1579, as mulheres somavam 28,5% dos emigrantes espanhóis no Novo Mundo, a maioria delas depois de 1540 eram solteiras e muitas estavam na lista de passageiros como criadas e eram contratadas por um empregador que já a esperava na América. A respeito do perfil racial destas mulheres, cabe o destaque para as mudanças ocorridas durante o período colonial. No México, até o século XVI, a maioria das criadas era indígena, mas com a legislação que passou a protegê-las contra abusos cometidos pelos espanhóis, as negras passam a ocupar lugar de destaque entre os séculos XVI a XVII. Com a crescente miscigenação americana, no século XVIII, a maioria das criadas tinha ascendência racial mista, porém, o prestígio continuou sendo mantido pelas criadas espanholas. Cabe ainda o destaque de KUZNESOF (1993) para a grande importância que o serviço doméstico teve durante o período colonial, regulado através da obediência à autoridade e responsabilidade do patrão e, em contrapartida, pagamentos definidos como “em espécie”, ou seja, casa, comida, vestimentas, ajuda médica e proteção, característica destacada pela autora que dificulta a regulamentação da profissão nos dias atuais.

Ainda consultando KUZNESOF (1993) é possível compreender as mudanças ocorridas com o desenvolvimento do liberalismo e da independência política da maioria dos governos latino americanos em relação ao emprego doméstico. A autora nos conta que com o avançar da industrialização e o advento da maquinaria, mulheres e crianças eram ansiosamente requisitadas para o trabalho fabril, tanto por sua suposta característica dócil, quanto por receberem um terço do salário pago aos homens. Assim, o padrão de emprego feminino passa a se modificar, sendo altamente influenciado por interrupções afetadas pelo casamento, nascimento dos filhos, classe, raça e educação. Com efeito, é possível entender porque, no século XIX, as estatísticas sobre o emprego feminino demonstravam a “inatividade” das mulheres enquanto estavam casadas, ou seja, “as mulheres trabalham antes do casamento e depois da viuvez, mas dificilmente enquanto casadas” (KUZNESOF, 1993, p. 30). Assim, durante o século XIX, as oportunidades de emprego feminino limitavam-se às indústrias específicas e, ideologicamente, o trabalho das mulheres ainda se mantinha vinculado à esfera doméstica, sem abarcar ideais de

individualidade, desenvolvimento profissional e igualdade sexual, sendo o trabalho feminino visto como “degradado” devido ao seu caráter temporal e sua associação com grupos de classe baixa e antecedentes éticos não prestigiados. Essa concepção acabou contribuindo para a manutenção da visão sobre o serviço doméstico não só como forma de educação para a vida adulta, mas como uma forma de estimular a visão do lar como um local protegido para o trabalho da mulher, ou ainda, como um “guardião da virtude moral”. A autora destaca que “a renúncia do Estado em interferir no trabalho dentro de casa e o ideal da casa como um lugar de respeitabilidade deu aos empregadores poder substancial sobre a vida das empregadas domésticas” (KUZNESOF, 1993, p. 31). Há, portanto, uma perpetuação da condição de quase absoluta subordinação não regulada do serviço doméstico com o chefe da casa.

No século XX, a relação empregada doméstica e patrões tende a se tornar menos pessoal, diminuindo as chances de relações de parentesco fictícias e paternalistas como visto no passado. A partir de 1980, a privacidade se institui como um caro valor familiar, bem como o aumento no número de creches e escolas infantis e a melhora no acesso a bens de consumo parceiros das mulheres nas atividades domésticas, conduzindo a mudanças na demanda pelo serviço doméstico pago. Com efeito, diminui a procura por empregadas domésticas de tempo integral, bem como as que residem na casa de seus patrões. Isso é o que CHAPLIN (1978) chama de “casualização” do serviço doméstico. Com mais domésticas de tempo parcial para tarefas específicas, as chances de manutenção das relações paternalistas, de opressão direta e supervisão pessoal são menores. Em contrapartida, há menos segurança e regulação na atividade de trabalho, permitindo que a empregada tenha inúmeros patrões.

KUZNESOF (1993) conclui que as divisões sociais, de classe, raça e gênero, introduzidas na América colonial hispânica, modificaram o que ela interpreta como sendo originalmente uma

“relação respeitável, transitória, educativa, frequentemente afetuosa e de subordinação ao chefe da família em uma etapa da vida, em uma relação sem saída, de baixa posição, não regulada e muitas vezes em condições hostis de exploração”. (KUZNESOF, 1993, p.37)

Com efeito, os esforços por igualar os benefícios de emprego para as mulheres tem dado lugar a uma relação desigual entre elas, apresentando de um lado aumento das chances de acesso a ocupações especializadas vinculadas à extensa escolaridade feminina e de outro, a contínua disponibilidade de mulheres de classe baixa como trabalhadoras domésticas.

Baseado no ideário do capital humano, a teoria neoclássica defende que parte importante da desigualdade de renda no mercado de trabalho é decorrente das diferenças nas características produtivas e do campo das preferências de mulheres e homens. Considera-se que cada pessoa recebe como recompensa o chamado valor da contribuição marginal do insumo (trabalho, capital ou renda) que ela agrega à função de produção, e seu respectivo capital humano incrementam sua produtividade ou capacidade de contribuição para o produto. Assim, a discriminação ocorre no contexto do mercado de trabalho quando homens recebem mais do que mulheres pela mesma produtividade. Contudo, a discriminação desafia a teoria neoclássica, pois é possível entender como sendo irracional um tratamento desigual de trabalhadores igualmente produtivos. Daí, surgem duas teorias que pretendem “ajustar” racionalização e discriminação, a chamada teoria da discriminação estatística e a teoria do amontoamento.

A primeira considera que o empregador usaria os atributos de sexo, como uma espécie de informação substantiva, na ausência de informação adequada para avaliar o potencial de produtividade do trabalhador a um custo razoavelmente baixo, o que gera uma discriminação estatística contra indivíduos pertencentes a grupos que teriam, em média, características menos desejáveis. Já a segunda teoria, considera que a concentração de certos grupos, como as mulheres, em determinados tipos de emprego, quaisquer que sejam as razões que tenham levado a isso, gera como consequência uma oferta excedente em relação à demanda por estes serviços, o que deprime a taxa de salário dessas ocupações.

GRUSKY & CHARLES (2004) em *Occupational Ghettos* se propuseram a esclarecer alguns enigmas da segregação ocupacional de sexo. Com esse objetivo, os autores analisam que os estereótipos sobre as características naturais masculinas e femininas são disseminados e perpetuados através da cultura e da mídia, através das interações sociais.

O avanço e a manutenção da segregação horizontal e sua reprodução é feita em grande parte por conta das ocupações não manuais que incorporam características que são consideradas masculinas e das ocupações manuais incorporam características que são consideradas femininas. Acreditam que a profundidade das raízes e extensa parte cultural acreditada sobre a diferença de gênero são ideologicamente compatíveis com as normas liberais e igualitárias.

O essencialismo durável suporta os típicos comportamentos e identidades de gênero e deste modo preserva a segregação de sexo horizontal nos modernos mercados de trabalho. Com o levantar da igualdade formal, as mulheres entram cada vez mais na alta educação e no mercado de trabalho assalariado, mas elas o fazem nos caminhos que estão em consistência com as preferências, sanções e prejuízos essencialistas impostos pela sociedade. Portanto, relevante é o princípio cultural que nos faz acreditar que os homens são mais merecedores de status do que as mulheres, e que lhes cai bem posições de autoridade e dominação enquanto às mulheres são reservadas posições subordinadas e privadas.

Com efeito, nem mesmo as mudanças ocorridas nas relações de trabalho, na participação das mulheres na política institucional, nas organizações políticas e direito ao voto, bem como a liberação da vida sexual com advento da pílula anticoncepcional, foram capazes de romper com a desigual divisão do tempo nas atividades domésticas entre homens e mulheres. Como HIRATA (2008) nos conta, é visível a grande massa de mulheres que trabalham gratuitamente para a família em nome da natureza, do amor e do dever materno. Essa constatação abriu campo para pesquisas e interpretações acerca do “modo de produção doméstico” visto em DELPHY, 1998 *apud* HIRATA (2008) e do “trabalho doméstico” visto em CHABAUD RYCHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL & SONTONNAX, 1985 *apud* HIRATA (2008), que considerou o trabalho doméstico como atividade de trabalho, possibilitando novas leituras sobre a divisão sexual do trabalho, como a que articula a noção de trabalho na esfera doméstica e a na esfera profissional e ainda, a que constrói o conceito de relações sociais de sexo, alicerce para a concepção de divisão sexual do trabalho na escola francesa. Influenciada por esta escola de estudos de gênero, HIRATA & KERGOAT (2008) formulam que:

“A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (...) essa forma particular de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher).” (HIRATA & KERGOAT, 2008, p. 266).

Nesse sentido, HIRATA & KERGOAT (2008) defendem a validade dos dois princípios citados para todas as sociedades e suas dimensões, tempo e espaço. O que querem postular é que, embora as situações possam se diferenciar (e se diferenciam) ao longo da história e em locais determinados, como por exemplo, a ideia de trabalho reprodutivo e produtivo, a distância entre os grupos de sexo continua inalterada. Ainda destacam o desencadeamento de novas configurações da divisão sexual do trabalho, a partir de mudanças nas relações trabalhistas, no aumento da escolaridade do grupo feminino e na mobilidade urbana desenhada a partir das mudanças demográficas mundiais.

A flexibilização dos empregos e atividades produtivas cria o que as autoras definem como “nomadismos sexuais” ou mudanças nas trajetórias das ocupações de homens e mulheres. No caso feminino, a ampliação do trabalho de tipo parcial e no caso masculino a ampliação do trabalho provisório e periférico, mal remunerado e pouco regulamentado, deduzindo que a flexibilização conduz ao reforço da visão estereotipada e preconceituosa das relações de sexo. Ainda, estas mudanças afetam a busca por uma atividade remunerada onde quer que ela se encontre.

2.1 PANORAMA DOS ESTUDOS SOBRE EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL

Embora não seja um tema de destaque na sociologia, relevantes trabalhos sobre o emprego doméstico podem ser lançados abrindo portas para o desafio que é compreender os fatores que constituem sua manutenção no Brasil (BLAY, 1975; SAFFIOTI, 1979;

MOTTA, 1992; BRUSCHINI, 1993; BRITTES, 2000; KOFES, 2001; KUZNESOF, 1993; PINHO & SILVA, 2010; KERGOAT, 2003; HIRATA & KERGOAT, 2007; MELO, 1998; 2000; MELO & PESSANHA & PARREIRAS, 2002; MELO & CONSIDERA & DI SABBATO, 2007; MELLO & CASTILHO, 2007).

Inaugurador da temática na sociologia, o trabalho de SAFFIOTI (1979), *Emprego Doméstico e Capitalismo*, revela a influência marxista e se enquadra no desenho da teoria social feminista afirmada na década de 1970 no Brasil. Com o objetivo de “medir indiretamente em que medida as empregadas domésticas estariam preenchendo uma das funções do exército industrial de reserva” (SAFFIOTI, 1979, p. 19), a autora pesquisou em Araraquara, São Paulo, um grupo de empregadas domésticas que migraram para outras ocupações em determinados períodos de tempo. Defende, nesse trabalho, questões que se comunicam com a ideia de reprodução do capitalismo, como a compreensão de que as formas capitalistas de produção coexistem com formas não capitalistas de trabalho e direciona ao conceito de patriarcado a sujeição das mulheres aos trabalhos mais desprotegidos e menos remunerados. Ainda, visualiza uma relação entre a saída de algumas mulheres da esfera doméstica e sua substituição por outra mulher.

“(…) sob o capitalismo periférico a liberação de certos contingentes femininos do trabalho doméstico faz-se às expensas do sacrifício de outras mulheres, ou seja, as empregadas domésticas. Trata-se de maneiras diferentes de realização histórica da sociedade de classes. O que permanece constante, independentemente do grau de desenvolvimento do capitalismo, é a injusta divisão do trabalho segundo sexo, que destina aos homens a esfera pública da economia e às mulheres o mundo restrito da família e da residência”. (SAFFIOTI, 1979, p.45)

Inserida neste debate está MOTTA (1992) em seu trabalho *Emprego doméstico: revendo o novo*, a autora se propõe a identificar as características da ocupação. Inicia a discussão afirmando ser o trabalho doméstico um trabalho pré-capitalista, constituído pela produção coletiva e centrado na atividade feminina. Já no capitalismo, a autora defende que o trabalho doméstico passa a ser exercido com a finalidade de liberar membros do domicílio para o trabalho assalariado fora de casa. Destaca nessa caracterização o estabelecimento de relações de subordinação e opressão, em que incorpora ideias sobre o dever e o prazer de servir, bem como características de conflito e interesses dissonantes

(MOTTA, 1992).

Nesse sentido, caracteriza o trabalho doméstico por um trabalho próprio às mulheres, ou como dona de casa, ou como empregada doméstica, sendo a casa o *locus* da atividade, cujo objetivo instala-se na produção de bens materiais ou simbólicos para o consumo familiar; na reprodução da vida; e no trabalho produtivo dos membros da família (MOTTA, 1992).

A pesquisadora revela que, influenciada pelo movimento feminista de libertação e questionamento das relações entre homens e mulheres, a temática do emprego doméstico passou a ser lida pela academia brasileira, principalmente, a partir das teorias econômicas através de categorias dispostas a explicar a produção. Salienta, com efeito, que as análises sobre o tema nas décadas de 1970 e 1980 não contemplaram o caráter original da produção doméstica de modo gratuito ou mal pago, executado quase que exclusivamente por mulheres.

A partir desta crítica, visualiza no trabalho de KERGOAT (1987) a constituição do debate acerca das contradições e ambiguidades de classe e gênero, lida como “contradição viva, perpetuamente em vias de modificação, de recriação” (KERGOAT, *apud* MOTTA, 1992). Ainda, demonstra ser uma das grandes curiosidades de sua pesquisa os estudos sobre as relações desempenhadas pelas mulheres a partir de suas distintas situações.

“Mulheres, esposas, enquanto gênero são social e familiarmente subordinadas; enquanto classe, são aliadas dos maridos. Como empregadas domésticas, e empregadoras, enquanto gênero são consideradas de "natureza" social comum; enquanto classe, são antagonistas”. (MOTTA, 1992, p. 4)

Esse antagonismo é destaque no trabalho de BRITTES (2000). Em sua pesquisa na cidade de Vitória, Espírito Santo, a estudiosa salienta que na hierarquia mantida nas relações entre patroas e empregadas é visível uma forte ambiguidade afetiva “nas negociações de pagamentos extra salariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas e troca de carinhos com as crianças” (BRITTES, 2000), o que não minimiza a forte delimitação desenhada entre chefe e subalterno, mantendo e

reproduzindo as marcas da desigualdade social em um local específico, a casa.

Sobre esse espaço antagônico de trabalho produtivo e reprodutivo, BRUSHINI & RIDENTI (1993) em um dos seus importantes trabalhos sobre as relações de gênero e trabalho, nos apresenta relevantes contribuições sobre as características que emolduram as relações de trabalho no domicílio. O estudo *Família, Casa e Trabalho* (1993, p. 36) defende a tese de que “os limites dos conceitos família casa e trabalho são extremamente fluidos e estão em permanente transformação”. Para as autoras, as relações familiares, econômicas ou domésticas, extrapolam a casa para a rua ou para o bairro. A casa é mais do que um espaço de moradia, convivência familiar e trabalho doméstico, pois comporta ainda o lugar do trabalho remunerado que mesmo de forma esporádica ou sazonal, contribui efetivamente para a qualidade de vida do grupo familiar.

Sobre a relação família e trabalho, BRUSHINI & RIDENTI (1993) destacam o envolvimento das mulheres donas de casa, estas com poucas credenciais para a apresentação no mercado de trabalho, muitas vezes, encontram a flexibilidade na atividade domiciliar (enquanto trabalham, cuidam da casa e dos filhos), contribuindo com a renda de todo o grupo familiar¹. A partir desta discussão é visível a curiosidade de BRUSCHINI acerca da temática de gênero e trabalho em suas pesquisas posteriores.

Dedicada aos estudos sobre o trabalho e o emprego doméstico, é vasta a publicação de artigos e papers pela economista e pesquisadora Hildete Pereira de Melo. Preocupada em apresentar o trabalho reprodutivo como parte integrante da produção material, MELO (1998; 2000; 2007) apresenta relevantes dados e argumentos, contribuindo ano após ano com novas questões relacionadas à temática.

Em seu artigo *Serviço Doméstico no Brasil: de criadas a trabalhadoras* MELO (1998) visualiza o trabalho doméstico definido culturalmente como *lugar da mulher* não necessitando para sua execução nenhuma qualificação. A pesquisadora considera, portanto, o trabalho doméstico brasileiro um refúgio dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento, visto pela sociedade como uma ocupação subalterna e

¹ Para uma leitura mais atenta sobre trabalho domiciliar veja ENOQUE, 2009.

fora do circuito mercantil. Com efeito, o trabalho doméstico serve como porta de entrada para as jovens migrantes rural-urbanas.

É visível a preocupação de MELO (1998) em contrapor a ideia de trabalho improdutivo ao lançar luzes sobre o emprego doméstico. Esta preocupação parece nortear seus trabalhos seguintes, sempre determinada a comprovar que o trabalho reprodutivo é a raiz da possível produção material, muito embora, seja interpretado principalmente por economistas como não produtivo. A autora interpreta essa assertiva:

“É difícil fazer uma análise econômica do serviço doméstico remunerado, porque os indicadores econômicos não permitem captar as sutilezas ideológicas e culturais que essa questão envolve. Essas atividades não são organizadas de forma capitalista, porque se realizam no interior de residências particulares e as patroas/patrões não são empresários. O contrato de trabalho firmado, seja verbal ou escrito, define que as empregadas realizam tarefas cujo produto — cozimento de alimentos (bens) ou lavagem de roupas e pratos (serviços) — é consumido diretamente pela família. Esses bens/serviços não circulam no mercado e não se mobiliza capital para a realização dessas tarefas, mas rendas pessoais. (MELO, 1998, p. 2)

Já no seu texto intitulado *Trabalho reprodutivo: quem faz?* Em parceria com Marta Castilho, (MELO & CASTILHO, 2007), as autoras deixam mais claro sua discordância com a não ponderação de produtivo ao trabalho doméstico, como podemos ler a seguir:

“O que se observa é que a economia, a sociologia e a política esquecem-se do autêntico objetivo das pessoas: a vida, o bem-estar e a reprodução. Em segundo, ao privilegiar a produção mercantil de bens e serviços, estes campos disciplinares esqueceram-se das atividades dirigidas ao bem-estar emocional das pessoas, particularmente o trabalho familiar doméstico realizado majoritariamente pelas mulheres. A utilização do conceito divisão sexual do trabalho, consolidado desde a industrialização, possibilita a subestimação das atividades realizadas pelas mulheres na família. Estas atividades são consideradas como não-trabalho, porque se confunde “produção” com “produção de mercadorias” e o “trabalho” com “emprego”. Esta percepção contribui para que seja feita uma associação linear entre a atividade masculina com a produção mercantil e a feminina com atividade familiar doméstica. Essa associação evidencia a invisibilidade do trabalho das mulheres e a desvalorização do lugar da mulher na sociedade”. (MELO & CASTILHO, 2007, p. 5)

Nesse sentido é possível atribuir a vulnerabilidade, precariedade e invisibilidade efetivamente sentidas pelas trabalhadoras domésticas as mesmas vulnerabilidades, precariedades e invisibilidades sentidas pelas executoras do trabalho doméstico não pago. Como salientado na introdução deste estudo, compreender a natureza do trabalho doméstico pago necessita compreender a natureza do trabalho doméstico não pago. E MELO & CASTILHO nos auxiliam nessa empreitada.

Para MELO & CASTILHO (2007), o não conhecimento das singularidades da contribuição feminina para o mundo produtivo (não explicadas nem pelas teorias marxistas nem pelas econômicas liberais) conduz ao aumento da subestimação da atividade doméstica e reforça a ideia de subemprego feminino precarizado e pouquíssimo regulamentado.

MELO & CASTILHO (2007) defendem que, sob a ótica de gênero é possível trazer à tona a questão da invisibilidade do trabalho feminino em seus aspectos reprodutivos e produtivos, e nesse sentido, construíram um cálculo para inclusão dos afazeres domésticos nas contas nacionais, visando demonstrar quanto vale o trabalho reprodutivo no PIB (Produto Interno Bruto). Segundo as autoras, a inclusão do valor dos afazeres domésticos no PIB brasileiro significaria acrescentar ao PIB de 2005, divulgado como R\$ 1.937.598.291 (mil R\$), a quantia de R\$ 235,4 bilhões ou R\$ 207,6 bilhões, dependendo de qual método de cálculo for utilizado.

3. HIPÓTESES DE PESQUISA

Hipótese A 1: De acordo com a teoria modernizadora, há uma tendência de desaparecimento do trabalho doméstico pago, influenciada pelo acesso a produtos e serviços que atendem às necessidades das famílias, no que tange às atividades domésticas diárias.

Hipótese A 2: Contrariando a teoria modernizadora, não é visível a tendência de desaparecimento do trabalho doméstico, apesar do acesso a produtos e serviços que atendem às necessidades das famílias, no que tange às atividades domésticas diárias.

4. METODOLOGIA

4.1.FONTE DE DADOS

A metodologia empregada será quantitativa e a base de dados utilizada será a PNAD/IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dos anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008. A PNAD/IBGE apresenta resultados, a partir de dados coletados ano a ano (a exceção dos anos nos quais o IBGE aplica o Censo Populacional) acerca das características gerais da população, migração, educação, trabalho, famílias, domicílios e rendimento.

4.2.MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL

Para explicar o efeito das variáveis independentes sobre as chances de um indivíduo estar ocupado em atividades domésticas formais ou em atividades domésticas informais, utilizamos um modelo de regressão logística multinomial. Através da fórmula $[(eb - 1) \times 100]^2$ serão calculados os efeitos percentuais que o aumento de uma unidade em cada variável independente geral na chance de um indivíduo no Brasil estar ocupado em atividades domésticas formais ou informais, em relação a estar ocupado em atividades não domésticas, sendo esta última a categoria de referência no presente modelo.

$$\ln[P(Y = 1) / 1 - P(Y=1)] = \alpha + \beta_1 \text{ Gênero (dummy)} + \beta_2 \text{ Raça (dummy)} + \beta_3 \text{ Escolaridade} + \beta_4 \text{ Experiência centralizada} + \beta_5 \text{ Experiência centralizada ao quadrado} + \beta_6 \text{ Migrante intraestadual (dummy)} + \beta_7 \text{ Migrante interestadual (dummy)} + \beta_8 \text{ Norte (dummy)} + \beta_9 \text{ Nordeste (dummy)} + \beta_{10} \text{ Sul (dummy)} + \beta_{11} \text{ Centro-Oeste (dummy)} + \beta_{11} \text{ Filhos (dummy)} + \varepsilon$$

² NEVES; HELAL. Associativismo, capital social e mercado de trabalho. In:AGUIAR, Nelma. Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007

4.3.ESPECIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS

4.3.1. VARIÁVEL DEPENDENTE

Status ocupacional: Variável com três categorias distintas (Ocupado em atividade não doméstica; Ocupado em atividade doméstica formal; Ocupado em atividade doméstica informal).

4.3.2. VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Gênero: variável indicadora (dummy), 1 = masculino e 0 = feminino

Raça: variável indicadora (dummy), 1 = branco e 0 = não branco

Escolaridade: número de anos de estudo completados

Experiência centralizada: idade atual do indivíduo menos a idade que começou a trabalhar menos a média.

Experiência centralizada ao quadrado: idade atual do indivíduo menos a idade que começou a trabalhar menos a média elevado ao quadrado.

Migrante intra-estadual: variável indicadora (dummy), 1 = migrante intraestadual e 0 = não migrante intra-estadual.

Migrante inter-estadual: variável indicadora (dummy), 1 = migrante interestadual e 0 = não migrante inter-estadual.

Norte: variável indicadora (dummy), 1 = morador da região Norte e 0 = não morador da região Norte.

Nordeste: variável indicadora (dummy), 1 = morador da região Nordeste e 0 = não morador da região Nordeste.

Sul: variável indicadora (dummy), 1 = morador da região Sul e 0 = não morador da região Sul.

Centro-Oeste: variável indicadora (dummy), 1 = morador da região Centro-Oeste e 0 = não morador da região Centro-Oeste.

Filhos: variável indicadora (dummy), 1 = tem filhos menores de 14 anos e 0 = não tem filhos menores de 14 anos.

5. ANÁLISE DOS DADOS – DIMENSÃO DESCRITIVA

Nesta etapa da pesquisa, apresentaremos dados relativos às ocupações, gênero, raça e escolaridade. O objetivo é apresentar o perfil descritivo das ocupações em atividades não domésticas, em atividades domésticas formais (com carteira assinada ou contribuição à previdência social) e em atividades domésticas informais (sem carteira assinada ou contribuição à previdência social). Ainda, apresentaremos dados relativos aos entrevistados desocupados na semana de referência da pesquisa, ocupados em atividade não doméstica formal e ocupados em atividade não doméstica informal, buscando inferir questões que nos ajudem a analisar a manutenção do trabalho doméstico no Brasil contemporâneo.

Tabela 01
Composição categoria “ocupados”

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Categoria								
% ocupado em atividade doméstica formal	2,4	2,3	2,4	2,3	2,4	2,4	2,4	2,3
% ocupado em atividade doméstica informal	6,0	6,0	5,8	5,9	5,8	5,7	5,5	5,3
% ocupado em atividades não domésticas	91,6	91,6	91,7	91,8	91,8	91,9	92,1	92,5

Elaborada pela própria autora – Fonte PNAD/IBGE

Os dados relativos aos indivíduos ocupados em atividade doméstica formal confirmam a ideia de manutenção do emprego doméstico no Brasil por apresentarem pouca variação entre os anos de 2001 e 2008, passando de 2,4% em 2001 para 2,3% em 2008. Já a categoria, ocupados em atividade doméstica informal, (sem carteira assinada ou contribuição à previdência social) apresentou variação negativa, passando de 6% em 2001 para 5,3% em 2008. Isso demonstra diferenças importantes nas duas categorias

ocupacionais, que só poderemos compreender a fundo a partir das análises de dados multivariados apresentados na próxima seção.

Tabela 02
Gênero X Ocupados em atividade doméstica formal

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Categoria								
Mulheres (%)	89,7%	89,4%	90,5%	89,9%	89,9%	90,1%	91,0%	90,6%
Homens (%)	10,3%	10,6%	9,5%	10,1%	10,1%	9,9%	9,0%	9,4%

Elaborada pela própria autora– Fonte PNAD/IBGE

A manutenção feminina nas ocupações domésticas no Brasil é vista claramente a partir dos dados apresentados na tabela 02, referente aos indivíduos *Ocupados em atividade doméstica formal*. As variações entre os anos de 2001 e 2008 são pequenas, visto que em 2001 a categoria contava com 89,7% de mulheres, passando em 2008 a contar com 90,6% de mulheres. Digno de nota é o índice de homens *Ocupados em atividade doméstica formal* que varia de 10,3% em 2001 para 9,4% em 2008, indicando que a formalidade e a regulamentação da atividade conduz a uma maior participação de homens na categoria. Isto pode ser dito ao compararmos a participação de gênero nas categorias *Ocupados em atividade doméstica formal* e *Ocupados em atividade doméstica informal*, como podemos ler a seguir a partir da tabela 03.

Tabela 03
Gênero X Ocupados em atividade doméstica informal

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Categoria								
Mulheres (%)	95,1%	94,3%	94,6%	94,7%	94,5%	94,5%	95,0%	94,9%
Homens (%)	4,9%	5,7%	5,4%	5,3%	5,5%	5,5%	5,0%	5,1%

Elaborada pela própria autora– Fonte PNAD/IBGE

A atividade doméstica informal no Brasil comporta apenas cerca de 5% de homens em

sua composição, o que difere da atividade doméstica formal, que como vimos gira em torno de 10% de composição masculina. Isto pode ser explicado pelas atividades designadas aos homens na categoria *Ocupados em atividades domésticas*. As atividades de motorista, jardineiro e vigia habitualmente são ofertadas aos homens por serem percebidas como atividades com habilidades caracteristicamente masculinas, e nos parece, que essas apresentam um caráter mais formalizado e menos precarizado do que as atividades domésticas *strito senso* como lavar, passar e cozinhar.

Tabela 04
Gênero X Ocupados em atividade não doméstica

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Categoria								
Mulheres (%)	34,6%	35,4%	35,7%	36,1%	36,4%	37,0%	37,0%	37,4%
Homens (%)	65,4%	64,6%	64,3%	63,9%	63,6%	63,0%	63,0%	62,6%

Elaborada pela própria autora– Fonte PNAD/IBGE

Os dados relativos aos indivíduos *Ocupados em atividade não doméstica* confirmam o avanço feminino nas atividades não domésticas no Brasil. As mulheres compunham 34,6% da categoria em 2001, e em 2008 passaram a ser 37,4% das ocupadas em atividades não domésticas. Porém, esse número não chega a conduzi-las a uma representação compatível com a participação feminina ocupada em todas as ocupações. Em 2001, o índice de participação feminina total em todas as atividades foi de 39,6% e, em 2008, o índice era de 41,6%, confirmando ainda uma sub representação feminina nas atividades não domésticas no Brasil.

6. ANÁLISE MULTIVARIADA DOS DADOS

Essa etapa da pesquisa visa interpretar os efeitos das variáveis independentes, Gênero; Raça; Escolaridade; Experiência; Migrante intraestadual; e Migrante interestadual no acesso à ocupação em atividade doméstica formal e a ocupação em atividade doméstica informal, em relação à ocupação em atividade não doméstica. Sendo assim, a partir dessa análise, poderemos conferir os efeitos das variáveis independentes nas chances de acesso

às atividades domésticas em relação às atividades não domésticas.

Tabela 05
Efeito percentual da variável gênero

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ocupado em atividade doméstica formal	-95,7	-95,1	-95,6	-95,1	-95	-95,2	-95,7	-95,4
Ocupado em atividade doméstica informal	-98,2	-97,7	-97,9	-97,8	-97,6	-97,6	-97,9	-97,8

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica

Elaborada pela própria autora– Fonte PNAD/IBGE

Confirmando a literatura sobre gênero e trabalho doméstico, a tabela 05 apresenta o efeito da variável gênero sobre a chance de acesso à ocupação em atividade doméstica formal e atividade doméstica informal, em relação às chances de acesso à atividade doméstica não formal, apresentando que, para o ano de 2001, os homens tinham 95,7% a menos de chance de estarem em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, e ainda que, eles tinham 98,2% a menos de chance de estarem em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica.

Não há mudança relevante ao visualizarmos essa análise para o ano de 2008, pois, neste ano, os homens tinham 95,4% a menos de chance de estarem em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, e ainda que, eles tinham 97,8% a menos de chance de estarem em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica.

Nesse sentido, o efeito de gênero no acesso às ocupações em atividades domésticas em relação a atividades não domésticas é fortemente marcado a favor dos homens, e essa tendência não parece mudar.

Tabela 06
Efeito percentual da variável raça

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ocupado em atividade doméstica formal	-35,3	-23	-31,1	-29,4	-34,4	-30	-36,4	-31,1
Ocupado em atividade doméstica informal	-32,9	-34,4	-38,3	-33,3	-33	-33,7	-36,2	-32,7

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica

Elaborada pela própria autora– Fonte PNAD/IBGE

O efeito racial também merece destaque ao analisarmos a chance de acesso à ocupação em atividade doméstica formal e atividade doméstica informal, em relação às chances de acesso à atividade doméstica não formal. A tabela 06 apresenta o efeito da variável raça sobre a chance de acesso à ocupação em atividade doméstica formal e atividade doméstica informal, em relação às chances de acesso à atividade doméstica não formal, apresentando que, para o ano de 2001, os brancos tinham 35,3% a menos de chance de estarem em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, e ainda que, os brancos tinham 32,9% a menos de chance de estarem em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica.

Poucas são as mudanças ao analisarmos os efeitos da variável raça, para o ano de 2008, pois, neste ano, os brancos tinham 31,1% a menos de chance de estarem em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, e ainda que, os brancos tinham 32,7% a menos de chance de estarem em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica.

Nesse sentido, o efeito de raça no acesso as ocupações em atividades domésticas em relação a atividades não domésticas é marcado a favor dos brancos.

Tabela 07
Efeito percentual da variável escolaridade

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ocupado em atividade doméstica formal	-18	-17,6	-17,1	-16,8	-16,3	-17,1	-16,6	-17
Ocupado em atividade doméstica informal	-20,7	-20,4	-20,1	-19,6	-19,2	-20	-19,9	-19,5

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica
Elaborada pela própria autora– Fonte PNAD/IBGE

Os dados da tabela 07 nos mostram os efeitos da escolaridade no acesso à ocupação em atividade doméstica formal e atividade doméstica informal, em relação à chance de acesso à atividade doméstica não formal. Sob esse aspecto podemos inferir que cada ano de estudo tem maior interferência no acesso à ocupação em atividade doméstica informal do que a ocupação em atividade doméstica formal. Vejamos.

Para o ano de 2001, cada ano a mais de escolaridade diminuía em média 18% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica. Para o mesmo ano, cada ano a mais de escolaridade diminuía em média 20,7% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica. Logo, cada ano a mais de estudo diminui mais a chance de um indivíduo estar em uma atividade doméstica informal em relação a estar ocupado em uma atividade não doméstica, do que a chance de um indivíduo estar em uma atividade doméstica formal em relação a estar ocupado em uma atividade não doméstica.

Já, para o ano de 2008, cada ano a mais de escolaridade diminuía em média 17% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica. Para o mesmo ano, cada ano a mais de escolaridade diminuía em média 19,5% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica. Logo, também para o ano de 2008, cada ano a mais de estudo diminui mais a chance de um indivíduo estar em uma atividade doméstica informal em relação a estar ocupado em uma atividade não doméstica, do que a chance de um indivíduo estar em uma atividade doméstica formal

em relação a estar ocupado em uma atividade não doméstica.

Esta análise vem contribuir com os dados apresentados na tabela 01, no qual a ocupação em atividade doméstica informal (sem carteira assinada ou contribuição à previdência social) apresentou variação negativa, passando de 6% em 2001 para 5,3% em 2008. Podemos inferir que o aumento da escolaridade para todas as categorias, como visualizado na tabela 08, vem beneficiando mais os ocupados em atividade doméstica informal do que os ocupados em atividade doméstica formal.

Tabela 08
Efeito percentual da variável experiência

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ocupado em atividade doméstica formal	-1,8	-0,4	-1,4	-1,5	-1,1	1,3	1,7	2
Ocupado em atividade doméstica informal	-3,6	-3,5	-3,4	-3,3	-3,2	-3	-2,7	-1,9

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica
Elaborada pela própria autora– Fonte PNAD/IBGE

No que se refere à variável experiência, calculada como idade atual do indivíduo menos a idade que começou a trabalhar, podemos visualizar mudanças relevantes no que se refere ao acesso às ocupações e período de tempo analisados.

Para o ano de 2001, cada ano a mais de experiência diminuía em média 1,8% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica. Porém, no ano de 2008, cada ano a mais de experiência aumentava em média 2% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, demonstrando que a atividade doméstica, mesmo requerendo pouca experiência e praticamente nenhuma qualificação, vem se comportando de maneira distinta através dos anos.

No que se refere ao acesso à ocupação em atividade doméstica formal em relação à ocupação em atividade não doméstica, a tendência se repete, porém aqui, o efeito ainda permanece negativo. Para o ano de 2001, cada ano a mais de experiência diminuía em

média 3,6% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica. Já no ano de 2008, cada ano a mais de experiência diminuía em média 1,9% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica.

Tabela 09
Efeito percentual da variável migração intraestadual

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ocupado em atividade doméstica formal	65,5	61,1	61,5	64,9	63,8	59,5	54,4	65,7
Ocupado em atividade doméstica informal	31,9	24,2	30,6	25,3	24,8	24,1	19,1	20,1

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica

Elaborada pela própria autora– Fonte PNAD/IBGE

Confirmando a tese de HONDAGNEU-SOTELO (2007), o efeito da variável migração intraestadual se apresenta muito forte, principalmente no que se refere ao acesso à ocupação doméstica formal em relação ao acesso à ocupação em atividades não domésticas. Para o ano de 2001, ser migrante intraestadual, no comparativo a não migrantes, aumentava em média 65,5% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, não havendo mudança significativa na análise, para o ano de 2008, no qual ser migrante intraestadual, no comparativo a não migrantes, aumentava em média 65,7% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica.

Já sobre os desenhos em relação ao acesso a ocupação em atividade doméstica informal, os efeitos são mais modestos, mas não menos relevantes. Para o ano de 2001, ser migrante intraestadual, no comparativo a não migrantes, aumentava em média 31,9% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica. Esse efeito diminui, para o ano de 2008, no qual ser migrante intraestadual, no comparativo a não migrantes, aumentava em média 20,1% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado

em atividade não doméstica.

Tabela 10
Efeito percentual da variável migração interestadual

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ocupado em atividade doméstica formal	84,8	78,7	92,1	94,1	74,7	84,7	86,3	89
Ocupado em atividade doméstica informal	31,2	23,2	24,9	22,1	23	25,7	21,5	24,8

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica
Elaborada pela própria autora– Fonte PNAD/IBGE

Ainda com força, é possível visualizar o efeito da variável migração interestadual no que se refere ao acesso à ocupação doméstica formal em relação ao acesso à ocupação em atividades não domésticas. Para o ano de 2001, ser migrante interestadual, no comparativo a não migrantes, aumentava em média 84,8% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, com aumento, para o ano de 2008, em que ser migrante interestadual, no comparativo a não migrantes, aumentava em média 89% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica.

Já sobre os desenhos em relação ao acesso à ocupação em atividade doméstica informal, os efeitos são mais modestos. Para o ano de 2001, ser migrante interestadual, no comparativo a não migrantes, aumentava em média 31,2% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica. Esse efeito diminuiu para o ano de 2008, em que ser migrante interestadual, no comparativo a não migrantes, aumentava em média 24,8% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal pergunta lançada pelo presente trabalho foi assim formulada: quais os elementos que contribuem para a manutenção do emprego doméstico no Brasil? Este

questionamento norteou os estudos teóricos e as análises empíricas aqui apresentadas. Buscando confirmar a hipótese de que o desaparecimento do emprego doméstico no Brasil não pode ser afirmado, como defendem os teóricos da modernização, faz-se necessário a compreensão teórica dos dados levantados.

Podemos, na conclusão deste trabalho, afirmar que uma mulher, não branca, migrante e com baixa escolaridade tem mais chances de se ocupar em um emprego doméstico do que em outras atividades não domésticas. Vejamos:

Como nos conta Motta, o trabalho doméstico é caracterizado por um trabalho próprio às mulheres, ou como dona de casa, ou como empregada doméstica, sendo a casa o *locus* da atividade, cujo objetivo instala-se na produção de bens materiais ou simbólicos para o consumo familiar; na reprodução da vida; e no trabalho produtivo dos membros da família (MOTTA, 1992). Desta forma, entendemos de que forma os homens permanecem tendo quase 100% menos chances de estarem ocupados em atividades domésticas, do que em atividades não domésticas.

A necessidade de ordenar a vida social de modo a atribuir às mulheres as obrigações domésticas e aos homens as atividades produtivas vem se mantendo ao longo do tempo, a despeito do avanço na participação feminina no mundo produtivo. Essa afirmação pode ser lida através da análise dos dados descritivos da presente pesquisa, que revela ser a atividade doméstica paga no Brasil composta por mais de 90% de mulheres, para todos os anos analisados. Em contrapartida, a composição das ocupações não domésticas conta com somente 37,4% de presença feminina, revelando que, ainda, o espaço doméstico e reprodutivo é um espaço eminentemente feminino.

A interpretação dos dados sobre a raça dos indivíduos e sua relação com as ocupações domésticas e produtivas demonstra uma marca relevante a favor dos brancos, confirmando a ideia de que existe uma hierarquia moral incorporada às instituições modernas fundada na divisão corpo e mente que legitima a desigualdade entre trabalho manual e trabalho não manual. Não é à toa, portanto, que podemos visualizar os brancos com um terço a menos de chance do que os não brancos de ocuparem uma atividade doméstica e não uma atividade não doméstica. Os dados sobre raça, apresentados neste trabalho confirmam os achados de HASENBALG & SILVA (1992), interpretando que os

não brancos sofrem desvantagem na conversão de sua escolaridade formal em posições na estrutura ocupacional. Nesse sentido é possível afirmar que a origem social tem forte impacto na determinação das posições ocupacionais no Brasil.

Partindo dessa abordagem teórica, ao lermos os dados sobre a influência da variável escolaridade no acesso às atividades domésticas e não domésticas, percebemos que o fator formalidade (caracterizado por ter carteira de trabalho assinada) contribui de forma relevante para novas considerações acerca do trabalho doméstico brasileiro. Os dados nos apresentam um crescente aumento nos anos de estudo para todas as categorias analisadas. Porém, este aumento contribui mais para a saída do trabalho doméstico informal, do que para a saída do trabalho doméstico formal. Cada ano a mais de escolaridade ganho pelos indivíduos, diminui mais as chances de estarem ocupados em atividade doméstica informal (em relação a estarem ocupados em atividades não domésticas), do que estarem ocupados em atividade doméstica formal (em relação a estarem ocupados em atividades não domésticas).

Isto quer dizer que a formalidade no trabalho doméstico pago no Brasil é um fator de manutenção da atividade. Com direitos assegurados, a empregada, mesmo com mais escolaridade do que tinha anteriormente, tem mais chances de permanecer na ocupação do que as trabalhadoras das atividades desregulamentadas.

Partindo-se desta análise, é possível entender a tendência de queda (apresentada na tabela 01) das atividades domésticas informais e a tendência estável das atividades domésticas formais, contrapondo a ideia modernizadora que defende a tendência de desaparecimento da ocupação ao longo dos anos.

A manutenção da atividade doméstica paga no Brasil revela, ainda, uma nova tendência para o perfil demandado de trabalhadoras. É o que demonstra a análise dos dados da variável experiência. Se no ano de 2001, o efeito da variável experiência no acesso a atividade doméstica formal era negativo, -1,8%, para o ano de 2008, o efeito passa a ser positivo em 2%, demonstrando a necessidade de comprovação das habilidades da atividade através da experiência da trabalhadora para o acesso às vagas de trabalho doméstico formal.

Quando analisamos as chances de acesso ao trabalho doméstico informal, o efeito da variável experiência permanece negativo, entre os anos de 2001 e 2008, porém há uma relevante diminuição de -3,6% para -1,9%, podendo sugerir que vem havendo uma maior necessidade de experiência para o acesso ao posto de trabalho, do que havia anteriormente.

No que se refere às variáveis relacionadas à migração, os dados revelam a concordância com a teoria defendida por SOTELO (2007), quando afirma ser insaciável a demanda por trabalhadoras domésticas ao redor do mundo, com diferenças relevantes para os setores formal e informal da atividade doméstica. O que marca o efeito da variável migração para o acesso às atividades domésticas é a formalidade.

O efeito da variável migração intraestadual (que refere-se à migração de indivíduos dentro de um mesmo estado da federação brasileira) no acesso às atividades domésticas formais é mais do que o dobro do efeito da mesma variável para as ocupações domésticas informais em relação a atividades não domésticas. Logo, se, em 2008, o efeito da migração intraestadual era de 65,7% a mais de chance para o acesso à atividade doméstica formal em relação à atividade não doméstica, o efeito da variável migração intraestadual para o acesso à atividade doméstica informal em relação à atividade não doméstica era menos da metade, 20,1% de efeito percentual, sugerindo que a formalidade na atividade doméstica se apresenta mais atraente para as trabalhadoras.

Maiores, ainda, são os efeitos percentuais relacionados à variável migração interestadual (que refere-se à migração de indivíduos para outros estados da federação que não o de sua moradia inicial). Ser migrante interestadual aumenta em 89%, no ano de 2008, as chances de o indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal, em relação a estarem ocupados em atividades não domésticas. Já, quando lemos os dados para o efeito da mesma variável em relação ao acesso às atividades domésticas informais (em relação a estarem ocupados em atividades não domésticas), o efeito percentual é bem menor, chegando a 24,8% no ano de 2008. Isso sugere que a atividade doméstica formal, regulamentada através dos direitos trabalhistas, é mais atrativa no sentido de conduzir as trabalhadoras a outra cidade, ou outro estado da federação, do que a atividade doméstica

informal. Esta análise também confirma a tendência de queda da atividade doméstica informal e a tendência de estabilidade da atividade doméstica formal.

Após percorrermos os caminhos teóricos sobre o trabalho e o emprego doméstico e visualizarmos através dos dados da PNAD/IBGE para os anos 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 o perfil das ocupações em atividades domésticas, formais e informais, bem como os efeitos que conduzem ao acesso a essas ocupações em relação às ocupações em atividades não domésticas, não é possível confirmar a tese modernizadora, que afirma existir uma tendência de desaparecimento do trabalho doméstico pago, influenciada pelo acesso a produtos e serviços que atendem às necessidades das famílias, no que tange às atividades domésticas diárias.

Sendo assim, as análises apresentadas no presente trabalho contrariam a teoria modernizadora, não sendo visível a tendência de desaparecimento do trabalho doméstico, apesar do acesso a produtos e serviços que atendem às necessidades das famílias no que tange às atividades domésticas diárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUSCHINI, Cristina. *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.
- BRUSCHINI; RIDENTI. *Família, casa e trabalho*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, número 88, p.30-36, fevereiro 1994.
- CASTRO, Mary Garcia. ¿Qué se compra y qué se vende em el servicio doméstico? In: CHANEY; CASTRO. *Muchacha/ cachifa/ criada/ empleada/ empregadinha/ sirvienta/ y ... más nada – Trabajadoras domésticas em América latina y el Caribe*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993.
- CHAPLIN, D. Domestic services and industrialization. *Comparative Studies in Sociology*, n.1, p. 97-127, 1978.

- COLLVER, A. e LANGLOI, E. The female labour force in metropolitan areas: an international comparison. *Economic Development and Cultural Changes*, v. 10, n. 4, p. 367-385, 1962.
- COSER, L. A. Servents: the obsolescence of an occupation role. *Social Forces*, v. 52, n.1, p. 31-40, 1973.
- HIGMAN, B. W. El servicio doméstico em Jamaica desde 1750. In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs). *Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela: Ed. EPU, 1993. p. 41-66.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA; SORJ; BRUSHINI; HIRATA (orgs.) *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette. *Domestica: immigrant workers cleaning and caring in the shadows of affluence*. University of California Press: Berkeley and Los Angeles, California: 2007.
- JACQUET, Christine. *Urbanização e emprego doméstico*. Revista brasileira de Ciências Sociais. vol.18 no.52 São Paulo Junho 2003.
- KERGOAT, Danielle. SÃO PAULO. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas / Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.
- KOFES, Maria Suely. *Mulher: Mulheres. Diferença e Identidade nas Armadilhas da Igualdade e Desigualdade: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas*. São Paulo, 1991, 379 p. Tese (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Doutorado – Universidade de São Paulo)
- KUZNESOF, Elizabeth. Historia del servicio doméstico em la América hispana (1492-1980). In: CHANEY; CASTRO. *Muchacha/ cachifa/ criada/ empleada/ empregadinha/ sirvienta/ y ... más nada – Trabajadoras domésticas em América latina y el Caribe*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993.
- MELO, Hildete. *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a Trabalhadoras*. Texto para discussão nº 565, IPEA, 1998.

- MELO; CASTILHO. *Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?* UFF Economia – Texto para Discussão – 215. Niteroi, Junho/2007
- MELO; CONSIDERA; DI SABBATO. *Os afazeres domésticos contam*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 435-454, dez. 2007.
- MELO; PESSANHA; PARREIRAS. *Da cozinha para o mercado – a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90*. Niterói, v. 2, n. 2, p. 47-60, 1. sem. 2002.
- MILKMANN, REESE e ROTH. A macrossociologia do trabalho doméstico remunerado. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*. ano 4, n. 7, p.143-168, 1998.
- RODRIGUES, Encarnacion Gutiérrez. *The “hidden side” of the new economy – On transnational migration, domestic work, and unprecedented intimacy*. *Frontiers: A Journal of Women Studies* - Volume 28, Number 3, 2007, pp. 60-83.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e Patriarcado. In: *Marcadas a ferro. Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.
- SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1976. Seuil, 1961.
- SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos A. *Relações sociais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora: Iuperj, 1992.
- TOURAINÉ, Alain e RAGAZZI, Orietta. *Les Ouvriers d’Origine Agricole*. Paris : Le Seuil, 1961.